

CONSTITUINTE

Definição prévia sobre mandato de Sarney tem parecer contrário

por Andrew Greenlees
de Brasília

A possibilidade de se abrir imediatamente no plenário do Congresso constituinte o debate sobre a opção entre presidencialismo e parlamentarismo parece afastada. O relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima, apresentou ontem parecer contrário às propostas dos constituintes César Cals Neto (PDS), Afonso Camargo (PMDB) e Gastone Righi (PTB) no sentido de que a Constituinte definisse nos próximos dias o sistema de governo e a duração do atual mandato presidencial.

Cals e Righi adiantaram que pretendem retornar seus projetos à mesa da

Constituinte, que poderá arquivá-los ou pedir novo parecer com o objetivo de ser votado por todos os deputados e senadores. Por ter sido justamente a mesa diretora que solicitou o parecer da comissão, é provável o arquivamento.

Ao apresentarem seus projetos, os deputados argumentaram que a Constituinte terá dificuldades em trabalhar sem conhecer o regime de governo escolhido para o País. Segundo Righi, ao elaborar-se a legislação eleitoral, por exemplo, é fundamental ter definida a natureza do poder.

"Não tenhamos pressa", escreveu Ferreira Lima em seu parecer. Na opinião do deputado, o regimento interno da Constituinte evitará o problema levantado

por Righi, Cals e Camargo. Ferreira Lima justificou-se dizendo que, em caso de divergências nos trabalhos das subcomissões devido ao sistema de governo, caberá às Comissões Temáticas e posteriormente à Comissão de Sistematização harmonizar o texto constitucional.

Ainda segundo o deputado relator, por volta do próximo dia 10 a subcomissão do Poder Executivo deverá apresentar "o primeiro esboço do que será o nosso futuro sistema de governo". Nesse mesmo período, deverá surgir a primeira pis-

ta concreta sobre a duração do mandato do presidente José Sarney.

Alguns parlamentares da Comissão de Organização do Poder, aliás, notaram ontem que o próprio presidente Sarney teria interesse na aprovação dos projetos que abrem imediatamente na Constituinte o debate sobre o sistema de governo e o mandato. Isso porque o presidente tem-se manifestado seguidas vezes, segundo pessoas com as quais mantém contato, favorável a uma rápida definição desses aspectos políticos.

Flecha de Lima defende política externa no texto

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário geral do Itamaraty, defendeu ontem na Subcomissão de Soberania, Nacionalidade e Relações Internacionais, que a nova Constituição incorpore "o que há de melhor na política externa brasileira": os princípios de autodeterminação dos povos, de não ingerência, de solução pacífica dos conflitos e principalmente a proibição de guerras de conquista.

Flecha de Lima foi o primeiro convidado da subcomissão presidida pelo deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) e cujo relator é João Herrmann (PMDB-SP).

Depois de fazer uma exposição sobre o papel do Brasil no cenário internacional, que mudou substancialmente desde os anos 50, "hoje é um protagonista de peso, com gravitação universal", Flecha de Lima disse aos parlamentares que o diálogo entre o Executivo e o Legislativo é fundamental para o processo diplomático, mas que o controle desse último sobre as ações do primeiro não deve causar bloqueios sobre os atos do Itamaraty, porque muitas vezes a diplomacia requer agilidade. De outro lado, enfatizou a necessidade de que o parlamento tome conhecimento dos assuntos internacionais e sugeriu, para tanto, além dos canais normais, como publicação dos atos no Diário Oficial, simpósios e debates.

Apesar de defender o princípio de não intervenção e de solução pacífica de controvérsias, o secretário geral do Itamaraty considera que a nova Constituição não deva falar em uma política externa neutra para o Brasil, que cada vez mais está participando dos foros internacionais. Essa posição foi colocada em resposta a uma pergunta do deputado Sarney Filho (PFL-MA), que queria saber a opinião do



Paulo Tarso Flecha de Lima

diplomata sobre um projeto de sua autoria propondo a neutralidade internacional do País para atender aos anseios de uma grande parcela da população brasileira, que é pacífica. Além disso, na visão do deputado, a neutralidade brasileira contribuiria para o fim das suposições de que o Brasil deseja exercer o imperialismo.

Flecha de Lima lembrou a neutralidade suíça, que não permite àquele país participar de uma série de organismos de cooperação internacional.

O deputado Aécio Neves (PMDB-MG) tocou no problema do protecionismo, assunto que mereceu uma longa resposta do embaixador, que o classificou como o segundo maior problema externo do País, depois da dívida. Para Flecha de Lima, a motivação protecionista no principal parceiro comercial do Brasil, os EUA, está ligada à necessidade de sobrevivência dos políticos que, a todo custo, querem manter seus mandatos e, para isso, devem mostrar a seus eleitores que estão defendendo empregos e melhores salários. A segunda motivação é a necessidade de redução do déficit comercial dos EUA, que neste ano deverá chegar a US\$ 190 bilhões.

O secretário geral do Itamaraty defendeu ainda que a questão da dívida externa deve também passar pelo controle do Legislativo.

PDT

Deputados criticam o centralismo da direção

Falta de apoio, centralização de poder de decidir e distanciamento das bases. Essas foram as principais críticas feitas pelos deputados estaduais do PDT em todo o País à executiva nacional do partido, representada pelo ex-governador Leonel Brizola e pelo presidente Doutel de Andrade, ontem, no primeiro encontro das bancadas pedetistas no Senado, Câmara e Assembléias Legislativas, segundo a Agência Globo.

O debate com a executiva, que deveria ocupar hora e meia na parte da manhã, durou 35 minutos, porque o ex-governador, para fazer uma introdução sobre a situação política nacional, usou 55 minutos do tempo.

A reunião, realizada na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, usada pela liderança do PMDB na Constituinte, serviu tam-

bém ao anúncio de uma campanha que o PDT pretende deflagrar em maio pela convocação de eleições diretas à Presidência da República.

O ex-governador do Rio afirmou que "legitimar o poder é muito mais importante do que discutir se o sistema será presidencialista ou parlamentarista. Segundo Brizola, o presidente Sarney, o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, "estão com muito medo de realizar eleições".

Sobre a crise no PDT fluminense, detonada pela ação do prefeito Saturnino Braga, Brizola manifestou a certeza de que ele "vai recuar de suas posições e vai se enquadrar-se de novo nos princípios e programa do partido".

Ordem Econômica começa os debates na segunda

por Andrew Greenlees
de Brasília

Quando o deputado Delim Netto abrir na próxima segunda-feira a reunião da subcomissão que preside, a dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, começará um dos mais polêmicos debates desta área: a da intervenção do Estado na ordem econômica. O tema ocupará a primeira audiência pública da Subcomissão, que definirá os convidados na noite de ontem. O senador Roberto Campos, do PDS de Mato Grosso, sugeriu como expositores os presidentes das associações comerciais de São Paulo, Abram Szajman, e do Rio, Amauri Temporal.

Nas outras cinco audiências públicas programadas até o próximo dia 7, a subcomissão debaterá questões como o controle do subsolo, o monopólio do petróleo, reservas estratégicas, pessoas jurídicas, reserva de mercado, empresas estatais e planejamento econômico. O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, teve seu nome lembrado para falar sobre subsolo e petróleo, enquanto o empresário Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Voto-

rantim, foi sugerido como convidado para a área de mineração. Os constituintes pretendem ouvir ainda representantes dos garimpeiros.

A discussão sobre o papel do Estado na economia deverá girar em torno dos limites e da conveniência da intervenção estatal na ordem econômica. Dois outros aspectos fundamentais a serem levantados durante os trabalhos, segundo ficou definido ontem, são as dívidas interna e externa.

DEFESA

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança ouviu ontem as exposições de quatro professores da Escola Superior de Guerra. Segundo o professor Ubiratan Borges de Macedo, o Estado deve administrar-se segundo "os objetivos nacionais vitais", entre os quais se incluem "a soberania em relação a outros poderes no mundo, a integração nacional (física, econômica, social e cultural), a integridade do patrimônio (ecologia, espaço aéreo, jazidas, etc.), além da paz social e do progresso". Para o professor, cabe ao Estado promover "a segurança externa e a concórdia interna".

Em debate, o limite da propriedade agrícola

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária há o consenso da necessidade de se realizar uma reforma agrária. Porém, quando se inicia a discussão de como fazê-la, aparecem as divergências. Esse diagnóstico se confirma na apreciação da questão básica: se deve haver ou não limite à propriedade.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (AEMG) mostraram ontem aos constituintes que as divergências são ainda mais amplas.

Plínio Moraes, diretor-executivo da ABRA, apresentou a proposta da entidade para uma reforma agrária. Para ele, a fixação de limites à propriedade é imprescindível. Em sua proposta é determinada a perda sumária do imóvel caso a sua extensão tenha mais de sessenta módulos rurais e probe a desapropriação de terras menores que três módulos. Caso esta proposta fosse aceita, estariam excluídos da desapropriação 3,8 milhões de hectares (86% da totalidade das propriedades rurais do País). Entre três e sessenta módulos a desapropriação dependendo da análise de cada caso.

O presidente da FAEMG, Antonio Ernesto de Salvo, preferiu não fixar limites. Para ele, em termos absolutos, é preciso haver uma restrição a esse direito; po-

rém, posta a questão na prática, num país como o Brasil, de grandes extensões, nem sempre fáceis, "é preciso que se tenha em conta a coragem de quem se lança em áreas novas".

E De Salvo também criticou o atual processo de reforma agrária, afirmando que as vitórias feitas nas fazendas não têm critério e se exige do proprietário a apresentação de índices de produção e produtividade sem verificar as condições em que tem de fazê-lo. Ele citou como exemplo a região norte de Minas que, devido à inconstância climática, em determinada época do ano, uma propriedade pode manter seiscentas cabeças de gado, e em outra apenas cem. Ele acredita que deveria ser dado um tratamento especial à empresa rural, à atividade familiar e ao fazendeiro profissional que, segundo ele, é aquele homem que tem vocação para a terra e nela vive com a família, exercendo uma atividade econômica.

Plínio Martins defendeu que não se pode dissociar uma política agrícola de uma política agrícola. Ele ressaltou, contudo, que ainda que grandes extensões territoriais fossem produtivas, deveriam ser divididas, por uma questão de igualdade social. A iniquidade levantada por De Salvo não foi descartada pelo diretor da ABRA, pois, segundo afirmou, a distribuição de terras significa distribuição de renda, que por sua vez termina por distribuir o poder.